



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

EDITAL Nº 1/2021

EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS PERMANENTES INSERVÍVEIS Nº 01/2021

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, por meio de sua Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis (Portaria n. 101/2018), **TORNA PÚBLICO** aos órgãos da Administração Pública Federal, Estados e Municípios, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Associações ou Cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto 5.940/2006, c/c art. 8º do Decreto 9.373/2018, que procederá ao **desfazimento de bens inservíveis**, classificados como ocioso, recuperável, antieconômico e irrecuperável, em conformidade com o art. 17, inciso II, Alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 9.373/2018, e demais legislações pertinentes, e autorização superior registrada no Processo de Desfazimento n. 0000282-44.2021.6.22.8000.

Os interessados na obtenção de doações dos bens inservíveis deverão observar as seguintes condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Edital contempla o desfazimento de bens classificados em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 3º do Decreto n. 9.373/2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.2 Os bens que serão doados, de acordo com o estado em que se encontram, vida útil, tempo de utilização e finalidade, foram classificados pela Comissão como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, conforme constam nos Relatórios Anexos a este Edital:

Art. 3º, Decreto 9373/2018 - Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:

I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

II - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;

III - antieconômico - bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescimento; ou

IV - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.

1. Relação de bens para
doação consistente em mobílias –
SEPAT - ANEXO I ([0732025](#));

2. Relação de bens de tecnologia
da informação - STIC - ANEXO
II ([0720746](#))

3. Relação de resíduos
decorrentes do material de
construção retirado da edificação
- ANEXO III ([0732028](#))

1.3 Os bens recebidos em doação serão destinados à atividade fim prestada pelo órgão beneficiário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PEDIDO DE DOAÇÃO

2.1. As solicitações deverão ser protocoladas no TRE-RO até 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste Edital e os pedidos de doação deverão ser dirigidos à Diretoria-Geral, com a indicação do número deste Edital e com o tipo de material que deseja receber.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

2.2. Os órgãos da Administração Pública Federal, Estados e Municípios, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto 5.940/2006, c/c art. 8º do Decreto 9.373/2018, que antecipadamente protocolaram pedido de doação neste TRE, conforme relação de processos autuados e lista no Anexo III ([0701089](#)) - terão preferência no recebimento do material, não sendo necessário, portanto, protocolar novo requerimento.

2.3. As solicitações poderão ser entregues diretamente no endereço: Avenida Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, no horário 11h às 18h, no Protocolo Administrativo do TRE-RO, ou enviadas para o e-mail: sepat@tre-ro.jus.br.

2.4. Caberá ao setor de protocolo, ao receber pedido de doação autuar processo próprio no Sistema SEI e encaminhá-lo à Diretoria-Geral e CACABI - Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis, para análise imediata dos documentos juntados e cadastro no ASIWEB.

2.5. Ficará a cargo da Comissão a separação prévia dos itens em lotes para posterior entrega aos donatários, de acordo com a ordem de protocolização do requerimento neste Tribunal, bem como os materiais demandados e disponíveis para doação.

2.6 Em razão das medidas de prevenção ao COVID-19, os requerentes poderão encaminhar as documentações solicitadas por e-mail (sepat@tre-ro.jus.br), e a comissão entrará em contato com os requerentes por meio telefônico ou por mensagem eletrônica. No momento da entrega dos materiais, os membros da comissão e o público externo deverão adotar as medidas de prevenção e combate ao vírus mediante distanciamento, com o uso de máscara e higienização das mãos com álcool em gel que será disponibilizado no local.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA HABILITAÇÃO

3.1. Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação exigida no prazo estabelecido neste Edital e que estejam com a documentação regular até a data de entrega dos bens para emissão do respectivo Termo de Doação.

3.2 O interessado deverá encaminhar juntamente ao pedido de doação os seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

a) Órgãos da Administração Pública:

- a.1) Ato de nomeação da autoridade competente para representar o órgão interessado e habilitado a receber doações e assinar o Termo de Doação;
- a.2) documento de identificação da autoridade a que se refere a alínea “a.1”, com foto, no qual conste o número do RG e CPF;
- a.3) Indicação do responsável, com telefone e e-mail, para tratar sobre a doação e resolver qualquer pendência apontada pela Comissão, fazer a coleta na data e a retirada dos bens.

b) Organizações da sociedade civil, incluídas as organizações sociais a que se refere a [Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#), e as organizações da sociedade civil de interesse público a que se refere a [Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999](#), Associações ou Cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto 5.940/2006, conforme o caso:

- b.1) Estatuto Social;
- b.2) Atas da última assembleia e da eleição dos dirigentes;
- b.3) documento com foto de identificação do dirigente, RG e CPF, o nome do representante legal e da pessoa credenciada que detenha poderes para assinar o termo de doação e receber os bens;
- b.4) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO(S) INTERESSADO(S)

4.1 O atendimento aos pedidos de doação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

- a) órgãos que protocolaram pedido de doação no TRE-RO, devidamente cadastrados, conforme Relação no Anexo III ([0732148](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

- b) órgãos da União, de suas autarquias e de suas fundações pública;
- c) Empresas públicas federais ou das sociedades de economia mista federais prestadoras de serviço público, desde que a doação se destine à atividade fim por elas prestada;
- d) Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas;
- e) Organizações da sociedade civil, incluídas as organizações sociais a que se refere a [Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#), e as organizações da sociedade civil de interesse público a que se refere a [Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999](#);
- f) Associações e Cooperativas que atendam aos requisitos previstos no [Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006](#).

4.2. Havendo mais de um órgão ou instituição requerente do mesmo grau de preferência o desempate será feito de acordo com a ordem de protocolo das solicitações neste Tribunal.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. O prazo para as entidades interessadas apresentarem solicitação de doação acompanhada da documentação consignada no item 3, será de até 5 dias úteis, contados da data de publicação deste Edital.

5.2. O resultado com o nome dos órgãos e entidades donatários e os bens recebidos serão publicados no Portal da Transparência do site do TRE-RO, link <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/alienacao-de-bens-desfazimento-de-ativos>, e no Diário de Justiça Eletrônico Eleitoral DJE no prazo de até 30 dias úteis, após a conclusão das doações.

5.3. A comissão entrará em contato e procederá a convocação dos órgãos interessados por meio de ligação telefônica, com a devida certificação nos autos, ou comunicação eletrônica no endereço informado pela requerente no ato da manifestação de interesse pelos bens a serem doados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

5.4. O prazo para o donatário devolver o Termo de Doação devidamente assinado, será de até vinte e quatro horas a contar da sua retirada.

5.5. A retirada dos bens doados deverá ser efetuada em horário previamente agendado com a Seção de Patrimônio, por meio do telefone (69) 3211-2013 ou 3211-2144, e não poderá exceder a 2 (dois) dias úteis, contados da data da convocação pela Comissão.

5.6. Os bens que não forem retirados no prazo fixado acima serão destinados a outro órgão interessado, observando-se os critérios de preferência previstos neste Edital.

5.7. Endereço de retirada dos materiais:

Sede do TRE-RO, Anexo – III, Estacionamento -
Avenida Rogério Weber – Baixa União, Município de Porto
Velho, Estado de Rondônia.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS PARA RETIRADA DO MATERIAL DOADO

6.1. As despesas com a coleta, carregamento e o transporte dos bens doados ficarão sob a responsabilidade e ônus do donatário / beneficiário.

6.2. Não será permitida a devolução de materiais em nenhuma hipótese.

6.3. O Alienatário se responsabilizará pela destinação e a disposição final ambientalmente adequada dos bens inservíveis recebidos em doação, nos termos do Decreto Federal 9.373/2018, art. 2º, III e art. 9º, mediante termo a ser assinado no ato da coleta dos materiais (0732258).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria-Geral do TRE-RO após manifestação da Comissão.

7.2 – Concluídas as doações, a Comissão providenciará o relatório conclusivo e o submeterá à análise e homologação da Diretoria-Geral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS ANEXOS E RELATÓRIOS

1. Relação de bens para doação consistente em mobílias – SEPAT - ANEXO I ([0732025](#));
2. Relação de bens de tecnologia da informação - STIC - ANEXO II ([0720746](#))
3. Relação de resíduos decorrentes do material de construção retirado da edificação - ANEXO III ([0732028](#))
4. Termo de Responsabilidade Final Ambientalmente Adequada pelos Bens Inservíveis - ANEXO IV ([0732258](#))

9. CLÁUSULA NONA – DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Nos termos da Resolução CNJ n. 215/2015, Os documentos referentes ao Edital e seus anexos, e o Resultado da Doação poderão ser acessados por meio do link: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/alienacao-de-bens-desfazimento-de-ativos> , Portal da Transparência - Doações de Bens 2021

10. A Comissão

1. Rudma Rosa Oliveira Costa -
COMAP/SAOFC
2. José Alberto Soares Vidal -
COMAP/SAOFC
3. Plinio Martins de Oliveira -
COSUPUE/STIC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis

4. Jean Carlos Alves dos Anjos -
SESTIC/STIC



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Membro da Comissão**, em 30/08/2021, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PLÍNIO MARTINS DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 30/08/2021, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ALBERTO SOARES VIDAL, Chefe de Seção**, em 30/08/2021, às 21:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.